

Leônidas defende direito de militar falar

ZENAIDE AZEREDO

Manifestar-se sobre assuntos políticos — no caso o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney — é “um fato democrático” e um “direito dos ministros militares”. A opinião é do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, que, com os seus colegas da Marinha e da Aeronáutica, almirante Henrique Sabóia e brigadeiro Moreira Lima, acha que isso nada tem a ver com uma possível volta dos militares à política.

Na entrevista que concedeu ao Estado, o ministro do Exército lembrou que seu cargo lhe confere “uma faceta política”. E comentou, justificando suas declarações e as dos colegas: “Fazemos isso sempre com o mesmo intuito, dizer qual é a nossa opinião sobre os aspectos políticos mais propícios para o Brasil”. O referencial dos ministros militares, ao defenderem o mandato de cinco anos, explicou, “é um só: o Brasil”.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, preferiu fa-

lar especificamente sobre a questão da volta dos militares à política. E fez questão de deixar claro que não vê as coisas por esse prisma. Como cidadão, argumentou, tem o direito de falar sobre política e dar sua opinião. Apelando igualmente para o seu direito de cidadão, o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, foi mais além, e disse que se todos os segmentos da sociedade, trabalhadores, empresários — estão sendo ouvidos, por que não ouvir os militares? O ministro da Aeronáutica, que acabou sendo o porta-voz das preocupações castrenses com relação à redução do mandato do presidente, há pouco mais de uma semana, empenha-se agora em levar essa reflexão às lideranças políticas. Ontem mesmo, relembrando seu encontro com Ulysses Guimarães, o brigadeiro reforçou a tese que inquieta os quartéis, caso haja eleições este ano: a falta de uma legislação ordinária atualizada com a nova Constituição, e o perigo da instalação do caos no País, “exigindo, naturalmente, o chamamento das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem”.

RESPONSABILIDADE

Estas declarações dos ministros militares foram repetidas e esclarecidas, em particular, por outras patentes militares que, não dispondo de cargo político, estão sujeitas ao regulamento disciplinar, caso se manifestem de público. A responsabilidade de que falaram os ministros da Marinha e da Aeronáutica, explicou um oficial-geral de quatro estrelas, diz respeito ao seu papel constitucional, mantido inclusive na nova Carta depois de muito trabalho de persuasão junto aos parlamentares. “É a responsabilidade com a segurança do País, é o nosso compromisso com as instituições”, disse o general. Depois, deixando claro que os membros do Alto Comando têm levado essas preocupações aos ministros militares, o “quatro estrelas” conclui: “Muita coisa pode acontecer se houver redução do mandato de Sarney”. E, raciocinando por extremos, segundo disse, explicou que Sarney “pode até renunciar”. E quem garante que o seu sucessor, Ulysses Guimarães, quer assumir? perguntou. Para ele mesmo responder: “Ninguém. Daí

a Presidência ficaria com o Supremo Tribunal Federal. Estaríamos fatalmente diante de mais uma crise, porque, por lei, se convocariam eleições para o prazo mínimo de 30 dias. Muitos parlamentares não iam querer isso a, e teríamos de interferir para garantir a realização das eleições. E aí, ganhe Lula ou ganhe Brizola, o eleito teria de assumir”.

Dentro dessa hipótese máxima, dois militares, de diferentes Armas, raciocinaram de maneira idêntica: “Ninguém pode prever o que vai acontecer”, disse um. “Será o caos, a anarquia, e nós temos muito medo de uma convulsão social e de greves, pois a partir daí as Forças Armadas terão de interferir para manter a lei e a ordem”. E aqui, segundo o outro militar, que se enquadra a observação do ministro Leônidas Pires sobre “o interesse maior do Brasil”. Não há como dissociar desenvolvimento e segurança. Abalada a segurança, com a redução do mandato, raciocina um oficial do Exército, o Brasil terá dificuldades enormes “até para conseguir financiamentos externos”.

E, atrelada à questão da segurança, todos os militares entrevistados mostraram-se preocupados também com uma provável redução do tempo que eles próprios teriam para colocar em prática seus projetos internos. Na marinha há compras de navios engatilhadas, enquanto o Exército está às voltas com um ambicioso projeto (o FT-90) que envolve a compra de helicópteros, tanques e equipamentos sofisticados, além da construção de quartéis, e a Aeronáutica vem adquirindo aviões de todos os tipos, na Embraer e no Exterior. Quem garante que o próximo presidente da República será tão generoso com as verbas? raciocinam os militares. Ninguém. Mais um argumento a favor do mandato de cinco anos.

TÁTICA E ESTRATÉGIA

Se a meta e essa, e se o importante, numa ação militar, é a vitória, os ministros militares mostraram, na semana passada, que também na política a melhor tática continua sendo o ataque. A idéia de um movimento como o de 64 foi afastada enfaticamente por todos, com uma mesma argumentação: qual-

quer golpe militar estaria condenado ao insucesso, por faltar-lhe, ao contrário do que ocorreu há 24 anos, o apoio popular e da Igreja. Mas não se exclui o que os militares aprenderam a fazer durante toda a sua carreira: planejar e utilizar estratégias e táticas militares. Dentro da estratégia de evitar a redução do mandato, os ministros militares lançam mão da força do cargo e comunicam aos constituintes a sua opinião. Armas podem até tomar a sugestão como ameaça, admite um ministro, mas gerais, brigadeiros e almirantes afastam a hipótese. “É apenas a aplicação da doutrina militar”, diz um deles. “Atacar, mesmo com opiniões, para se chegar ao objetivo maior, por meios pacíficos, através do manifesto medo do inimigo”, explica outro. Os parlamentares podem até querer pagar para ver — mas, “conhecendo os riscos, deverão refletir duas vezes antes de votar pelos quatro anos”.

Uma alta fonte do SNI concorda: “Se forem aprovados os quatro anos, não sei o que pode acontecer. Melhor não prever nada e aguardar os acontecimentos”.

Brasília/Agência Estado